



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LAGOA – AÇORES, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010**

ACTA Nº 05/2010

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, na Sede da Junta de Freguesia de Água de Pau, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo referido que esta era uma sessão especial, pelo facto de se realizar na Vila de Água de Pau, no magnífico edifício da Junta de Freguesia que terão oportunidade de visitar no fim da sessão, numa visita guiada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau. A iniciativa da realização desta sessão no Edifício da Junta de Freguesia foi do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau e que a Mesa da Assembleia Municipal aceitou o honroso convite com bom agrado. De seguida, procedeu à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego e Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Durval Carlos Almeida Faria; Marco Paulo da Silva Teixeira e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes e assistiram à sessão os seguintes membros da Assembleia de Freguesia de Água de Pau: Maria da Graça Botelho Medeiros Andrade; Álvaro Nuno Carreiro Mota Vitorino; Artur Manuel Matos Almeida e José Carlos Nunes Pereira e a Tesoureira da Junta de Freguesia de Água de Pau Almerinda Valente.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foram enviadas cópias das actas aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da terceira sessão ordinária, do dia 1 de Junho de 2010 e a acta da sessão extraordinária, do dia 22 de Julho de 2010.

As actas foram aprovadas, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 2 de Junho a 23 de Setembro de 2010 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelo membro Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 1 de Junho de 2010.

Pelos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego e Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 23 de Setembro de 2010.

A Mesa considerou justificada as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

VOTO DE PROTESTO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DOS MUNICÍPIOS NO IRS - 2009:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado, em nome dos membros do Partido Socialista, a proposta para aprovação do Voto de Protesto sobre a Participação Variável dos Municípios no IRS - 2009, que abaixo se transcreve:

"Como referido na recomendação enviada à Assembleia da República e aprovada nesta Assembleia Municipal, o Poder Local tem, ao longo dos últimos anos, vivido envolto em circunstâncias de gestão financeira bastante difíceis, em que o Município de Lagoa (Açores) não é excepção.

Fazendo-se sentir estes constrangimentos a nível nacional, mais preocupante e mais grave se torna para as regiões ultraperiféricas e para os municípios existentes nestes espaços regionais, face à situação de desvantagem em que vivem.

Entendendo que estas preocupações fizeram-se notar junto do Governo da República, facto que os levou a rever a decisão de penalizar os Municípios dos Açores com a não dotação nas transferências do Orçamento de Estado da verba respeitante à participação variável no IRS, esta continua a ser uma preocupação para o Município de Lagoa, uma vez que continua em falta o pagamento das verbas respeitantes aos meses entre Março e Dezembro de 2009;

As verbas da participação variável no IRS são vitais para a prossecução de objectivos a que se propôs o Município de Lagoa e parece-nos estranho que estando em dia as transferências das verbas adstritas à participação variável no IRS no corrente ano de 2010, em relação a dez meses de 2009 ainda estejam por liquidar;

Assim,

Considerando as dificuldades, de ordem financeira, que os municípios apresentam, aos quais o Concelho de Lagoa não é excepção;

Considerando o princípio da justiça e equidade entre os municípios do território continental nacional e os municípios das Regiões Autónomas;

Proponho que a Assembleia Municipal de Lagoa (Açores) aprove um voto de protesto ao Governo da República por não ter transferido, até à presente data, as verbas respeitantes à participação variável do IRS em relação ao período em falta no ano de 2009."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Protesto apresentado.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“Considerando que o Clube de Patinagem de Santa Cruz está a ter grande sucesso, pois tem alcançado excelentes resultados a nível regional, nacional e internacional, o que se traduz na promoção do nome daquele Clube, bem como do nome do Concelho de Lagoa e dos Açores em geral;

Considerando a magnífica evolução da jovem patinadora Ana Vitória Soares, que tem conseguido resultados dignos de orgulhar o Concelho de Lagoa, sendo neste momento Campeã Regional, obteve o 2º Lugar no apuramento Nacional e sagrou-se Campeã Nacional 2010, no escalão Juvenis;

Considerando que a jovem Ana Vitória Soares sagrou-se Campeã Nacional 2010, no escalão Juvenis, após ter disputado o título com 24 patinadoras no Campeonato Nacional de Patinagem Artística, escalão juvenil, que decorreu no pavilhão Municipal de Cuba, no Alentejo, no passado dia 24 e 25 de Junho;

Considerando a importância do título alcançado, que demonstra bem o empenho, esforço e o espírito empreendedor da jovem Ana Vitória, do seu treinador Geraldo Andrade e do Clube de Patinagem de Santa Cruz, venho propor a atribuição de um Voto de Congratulação à jovem Ana Vitória Soares, ao seu treinador Geraldo Andrade e ao Clube de Patinagem de Santa Cruz.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

VOTO DE PESAR:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o Voto de Pesar, que abaixo se transcreve:

“Foi com grande pesar que tomei conhecimento do falecimento do senhor Eng. Mário António da Silva Rouxinol Fragoso na sequência de um fatídico acidente no passado dia 14 de Agosto de 2010.

O senhor Eng. Mário António da Silva Rouxinol Fragoso, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, tinha 49 anos de idade, filho de Maria

Eduarda Ponte Silva Rouxinol e de João Frago de Sousa, era casado com Maria João Fraga Freire de Barros e pai de Mafalda Fraga Barros Rouxinol Frago de António Fraga Barros Rouxinol Frago, tendo sido colaborador da Câmara Municipal de Lagoa desde 1989.

Mário António da Silva Rouxinol Frago licenciou-se em Lisboa em 1984 em Engenharia Civil, com especialização no ramo de estruturas e em 1990 tira um Mestrado em Engenharia de Estruturas, finalizando a sua formação científica, em 2000, com um doutoramento em Engenharia Civil pela Universidade dos Açores.

Mário Rouxinol Frago era uma pessoa de princípios e valores, grande profissional pela competência, dedicação e interesse que empregava em todos os seus projectos, com grande sentido de responsabilidade e persistência, gozava da simpatia de todos com quem se relacionava quer a nível social e/ou profissional.

Enquanto colaborador da Câmara Municipal de Lagoa, através do acompanhamento de importantes obras públicas, contribuiu para o desenvolvimento e crescimento deste Concelho.

Pelo acima exposto, proponho a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Eng. Mário António da Silva Rouxinol Frago devendo o mesmo ser comunicado à sua família.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO - SECUNDÁRIA DE LAGOA NO PROGRAMA MUNDIAL DAS ESCOLAS INOVADORAS DA MICROSOFT:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado, em nome dos membros do Partido Socialista, o Voto de Congratulação à Secundária de Lagoa no Programa Mundial das Escolas Inovadoras da Microsoft, que abaixo se transcreve:

“Considerando que a Escola Secundária de Lagoa tem sido uma referência a nível regional e nacional no que diz respeito à aposta na inovação e principalmente no recurso às novas tecnologias, potenciando por via disso um maior envolvimento da comunidade escolar (alunos, professores, pais e encarregados de educação);

Considerando o excelente trabalho que esta escola tem desenvolvido em diversas áreas do conhecimento, proporcionando uma dinâmica constante e uma visão futurista e integral da formação do aluno;

Considerando a integração da Escola Secundária de Lagoa no Programa Mundial das Escolas Inovadoras da Microsoft, uma das duas únicas escolas seleccionadas a nível nacional;

Considerando a importância da sua integração neste grupo internacional de escolas inovadoras, por corresponder a um prémio de distinção que prestigia a Escola e que deve ser motivo de orgulho para toda a comunidade escolar e para os lagoenses em geral;

Considerando os benefícios que esta selecção trará à Escola Secundária, sobretudo em matéria de partilha de conhecimentos, acesso a formação e acompanhamento por parte de especialistas internacionais na área da educação, da inovação e da liderança e abertura a novas práticas pedagógico-didácticas e tecnológicas;

Proponho a atribuição de um voto de congratulação à Escola Secundária de Lagoa pelo facto de ter sido seleccionada para integrar o Programa Mundial das Escolas Inovadoras da Microsoft.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação apresentado.

VOTO DE LOUVOR:

Pelo membro Roberto Manuel Sousa Oliveira do Partido CDS-PP foi apresentado o Voto de Louvor, que abaixo se transcreve:

“No âmbito das minhas funções, proponho que se vote nesta Assembleia Municipal de Lagoa, um Voto de Louvor à Comissão Fabriqueira de Água de Pau, por realizar no mês de Agosto de forma espectacular, as festas em honra de Nossa Senhora dos Anjos.

A Comissão Fabriqueira de Água de Pau elaborou um programa de festas com a duração de quinze dias, que para além do seu objectivo principal, o religioso, não esqueceu o social e o tradicional, cimentando assim as festas de Nossa Senhora dos Anjos como as maiores festas do Concelho.

As Festas de Nossa Senhora dos Anjos, são um cartaz turístico do Concelho de Lagoa a até mesmo da Ilha de S. Miguel, se atendermos ao efeito que as mesmas têm no mercado da saudade e ao número de emigrantes que nos visitaram naquela data.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor apresentado.

PROTESTO:

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes e apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Pedro Monteiro; Francisco Vieira; Rosa Borges e Cláudia Galego o Protesto que abaixo se transcreve:

“De acordo com o Artigo 21º do Regimento desta Assembleia Municipal a Mesa da Assembleia é composta apenas por um Presidente que é o Presidente da Assembleia, um 1º secretário e um 2º secretário, não sendo pois justificável que o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercido tenha assento na mesma, pois isto viola o disposto no Regimento.

Conforme o Artigo 35º do Regimento a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia mas definitivamente não pode fazer parte da Mesa.

Esteja pois com dignidade numa mesa separada e não contigua com a Mesa da Assembleia.

A regularização desta situação ilegal foi solicitada na reunião da Assembleia Municipal no dia 17 de Dezembro de 2009, apresentando um protesto nas reuniões de 26 de Fevereiro de 2010, de 27 de Abril de 2010 e de 1 de Junho de 2010.

Não tendo esta sugestão sido aceite pela Mesa, voltamos a protestar e a pugnar para que seja reposta a legalidade.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Pedro Monteiro; Francisco Vieira; Rosa Borges; Cláudia Galego e António Augusto Borges o Voto de Congratulação que abaixo se transcreve:

“Investir na Educação é garantir o futuro porque a Educação é um factor primordial na vida e no desenvolvimento do Homem como Homem.

Propomos que se aprove um Voto de Congratulação à Escola Secundária de Lagoa, pelo facto de ter sido uma das duas escolas do País a ser seleccionada pela Microsoft Corp., para ingressar no Programa Mundial das Escolas Inovadoras como Pathfinder School.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação apresentado.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Pedro Monteiro; Francisco Vieira; Rosa Borges; Cláudia Galego e António Augusto Borges o Voto de Congratulação que abaixo se transcreve:

“É sempre com prazer que vemos atletas dos Açores obterem bons resultados a nível nacional. Quando estes atletas são do nosso Concelho, o regozijo é ainda maior. Recentemente, no passado mês de Julho, atletas do Clube de Patinagem de Santa Cruz obtiveram boas prestações a nível nacional, de tal forma que o referido Clube sagrou-se Campeão Nacional de Seniores.

Propomos que se aprove um Voto de Congratulação pelo trabalho que levou ao resultado obtido bem como pelos serviços que o Clube de Patinagem de Santa Cruz tem prestado em prol da Juventude do Concelho.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação apresentado.

RUA DE SÃO JOSÉ, NA FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o membro Pedro Monteiro na última sessão ordinária da Assembleia Municipal entregou à Mesa da Assembleia uma carta da Associação dos Moradores da Ribeira Chã e pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar algum esclarecimento sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal e referiu que gostaria de primeiro fazer uma intervenção pelo facto da Assembleia Municipal, reunir, pela primeira vez, na Vila de Água de Pau, que abaixo se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Lagoa,

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau

Em primeiro lugar quero felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por esta iniciativa, para além de aceder a um convite do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, com a particularidade de fazer cumprir uma missão de levarmos o Poder Local mais próximo das populações.

Reunirmos nesta localidade que foi a primeira sede de Concelho, numa freguesia rica em história é também uma honra e um compromisso para todos nós que fomos

eleitos e que prometemos fazer mais e melhor por esta comunidade, independentemente das nossas ideologias partidárias.

Como sabem a relação da Câmara Municipal com a Vila de Água de Pau é de grande proximidade, porque temos estado ao lado desta comunidade na resolução dos problemas que afectam o seu dia à dia e procurando responder a todos os anseios que visam o progresso e a modernidade desta Vila. De resto, foi em Água de Pau que a Câmara Municipal de Lagoa mais investiu nos últimos anos, com projectos que implicaram um grande esforço financeiro.

Resultado disso verificou-se um grande desenvolvimento nesta Vila de Água de Pau por força desses investimentos que são exemplo disso:

Ao nível habitacional: a cedência do terreno para construção de 32 apartamentos a custos controlados na Zona do Paul; a cedência de 17 Lotes para auto-construção no Loteamento Urbano e o apoio no âmbito da recuperação de 258 habitações degradadas desta Vila;

No plano urbanístico temos a obra de requalificação da Praça da República, a disponibilização de um parque de estacionamento no centro da Vila e a requalificação da Zona de Lazer da Baixa d' Areia.

No âmbito desportivo apoiamos fortemente a construção da Sede Social do Santiago Futebol Clube;

Directamente ligado à actividade económica desta Vila, foi também a CML quem construiu as novas casas de aprestos aos pescadores;

No plano cultural e social continuamos a apoiar os projectos direccionados para os mais novos e para a ocupação útil dos seus tempos livres e nessa medida temos efectuado protocolos de cooperação com todas as instituições culturais e sociais da Vila de Água de Pau, ajudando-os nas actividades das suas valências;

No domínio da educação adquirimos o terreno e desenvolvemos o projecto para a construção da Escola Básica 1,2,3 de Água de Pau, cuja infra-estrutura é essencial para combatermos o absentismo e o insucesso escolar que atinge números ainda preocupantes no Concelho. Escola essa, que vai arrancar muito em breve, um investimento superior a 14 milhões euros, estando prevista a sua conclusão em Setembro de 2012;

E, sem dúvida, aquela que foi até aos nossos dias a maior obra pública, a que implicou o maior investimento financeiro de sempre da Câmara da Lagoa, o saneamento básico. Apesar dos transtornos que a mesma tem ocasionado aos

moradores locais e aos automobilistas trata-se de uma obra essencial e necessária para qualquer município que se queira afirmar no séc. XXI. É isso que pretendemos com a conclusão das obras de saneamento, entretanto suspensas por via da construção da SCUT que ligará a Lagoa a Vila Franca do Campo.

Ao mesmo tempo que melhoramos, com as obras de saneamento básico, a rede de água e de drenagem pluvial, estamos a proceder à pavimentação das ruas e passeios em toda a freguesia.

Estou certo de que temos feito um bom trabalho nesta freguesia, e no qual temos orgulho, pois os Pauenses souberam reconhecer e validar com 67,3% de votos nas ultimas eleições. Sendo certo que no futuro não vamos poder continuar a investir ao mesmo ritmo e com os mesmos montantes, existe porém um conjunto de investimentos, que se tornam imprescindíveis ao desenvolvimento desta comunidade, por isso até ao final deste mandato tudo faremos para cumprir com compromissos importantes para com esta Vila:

- colocar um novo piso sintético no campo Mestre José da Costa Leste
- recuperar o Teatro Francisco Ferreira da Silva, que será um espaço dimensionado para uma polivalência de actividades;
- concluir o saneamento básico;
- colocar em funcionamento a ETAR;
- Recuperar a Mercearia Central que passará a ser um espaço museológico, a qual designaremos de Casa Tradicional Açoriana.
- com a construção da nova escola básica 1,2, 3 de Água de Pau surgirá um novo acesso a esta escola que servirá, igualmente, como uma alternativa ao trânsito para a zona da Caloura, numa via que terá uma extensão de cerca de 800 metros e que muitos benefícios trará para a população residente e para quem visita a Caloura.

Estou certo que também Água de Pau vai beneficiar com o novo PDM que está em curso, está mesmo na fase final e contamos que até ao final do ano entre em discussão pública e assim, vamos concluir esse processo longo de quase cinco anos de Revisão.

Para finalizar, gostaria de dizer que registo com agrado a decisão do Presidente da Assembleia em promover esta sessão da Assembleia Municipal na Vila de Água de Pau, no edifício que o Município de Lagoa recentemente cedeu à Freguesia de Água de Pau e nada melhor para começar do que com a realização da uma Sessão da Assembleia Municipal. Fica aqui o meu reconhecimento em nome da Câmara

Municipal e o nosso compromisso de continuar a trabalhar para o desenvolvimento em prol da qualidade de vida de todos aqueles que habitam nesta Vila.”

Respondendo à questão colocada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em relação à carta apresentada pela Associação dos Moradores da Ribeira Chã, informou que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal teve a ocasião de explicar com detalhe as intervenções e intenções do Governo Regional, da Câmara Municipal de Lagoa e da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, sobre a instabilidade do talude da Rua de São José. O que resultou depois disto, na sequência da reunião do Conselho de Governo que se realizou no Concelho de Lagoa, veio no fundo reconfirmar aquilo que já tinha sido informado.

Ficou determinado que os moradores que manifestarem interesse em sair do local, o Governo Regional iria proceder à avaliação das respectivas moradias e as famílias seriam indemnizadas pelo valor que será acordado pelas partes.

Foi igualmente decidido, dentro das bolsas de terrenos disponíveis e passíveis de virem a ser urbanizáveis, e os terrenos que com a revisão do PDM ficarão também com a possibilidade de serem urbanizáveis, que se procedesse a uma avaliação desses terrenos, envolvendo o LREC e a Direcção Regional da Habitação, no sentido de identificar zonas de construção sem riscos associados, para dar resposta à solicitação que a Junta de Freguesia da Ribeira Chã tinha feito, porque o LREC não recomendou a construção nos terrenos entretanto sinalizados.

Mais informou que não tem mais nenhuma informação adicional, com factos novos, sobre este assunto.

Do ponto de vista da Câmara Municipal, neste momento, estamos a ultimar uma proposta que delimita aquela zona como “zona de risco”, onde não será possível construir novas habitações e proceder a ampliações, de acordo com as recomendações constantes no parecer do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM ÁGUA DE PAU:

O membro Roberto Sousa na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes e, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, agradeceu a presença de todos nesta Assembleia Municipal que, a título excepcional,

se realiza na Sede da Junta de Freguesia e leu o documento que abaixo se transcreve:

“Quero, antes de mais, agradecer à Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa o facto de ter aceitado o meu convite para se reunirem aqui em Água de Pau, o que nos enche de muito orgulho.

É a primeira vez que isto acontece na história da nossa Vila e como tal é com muita honra que vos recebemos aqui, na casa de todos os pauenses. De resto, fomos integrados na Vila de Lagoa há 157 anos e é a primeira vez que um acto público desta natureza ocorre em Água de Pau.

Queria aproveitar esta ocasião para mostrar o meu profundo reconhecimento à Assembleia Municipal por esta atenção para com a Vila de Água de Pau, e para fazer um balanço dos últimos anos da freguesia de Água de Pau.

Somos uma freguesia que evidencia progresso e julgo que temos acompanhado a modernidade que o Concelho de Lagoa tem mostrado mas nem sempre foi assim. Hoje a Vila de Água de Pau assume grande importância dentro do Concelho, sendo uma Vila com grandes índices de desenvolvimento, muito dele devido ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Lagoa e da sua cooperação com esta Junta de Freguesia.

Para onde quer que se vá, vemos obra feita, vemos preocupação social, vemos melhoria nas condições de vida dos pauenses. Toda a comunidade tem a percepção que demos um salto qualitativo em termos urbanos, sociais, culturais, económicos e desportivos.

Hoje temos praticamente concluído a rede de saneamento básico em Água de Pau embora ainda falte concluir a última fase que como sabemos se encontra suspensa enquanto decorrerem os trabalhos das SCUT.

Para além disso temos ainda a obra da ETAR, que quando ficar concluída, dará respostas modernas e fiáveis no tratamento das nossas águas residuais numa zona de grande importância como é a Baixa D’Areia e que esperamos no próximo ano venha a ter uma bandeira azul, tal como a nossa Caloura.

Aliás, quero saudar todo o trabalho realizado no arranjo urbanístico da Baixa D’Areia, um trabalho de qualidade e que veio acrescentar valor à Vila de Água de Pau. Foi uma obra feita sobretudo para a comunidade local para que possa usufruir de mais um espaço público de qualidade.

Mas, ainda há alguns projectos que gostaríamos de referir pela importância que os mesmos vão ter na vida dos pauenses.

Falo na recuperação e remodelação do Cine Teatro Francisco Ferreira da Silva uma obra que considero fundamental para um maior desenvolvimento cultural e artístico de Água de Pau.

Falo também da futura Casa Museu, na Praça da República, um local que irá ajudar a preservar as memórias dos nossos antepassados, um trabalho que temo-nos empenhado em fazer, através do espólio museológico que temos aqui na Junta de Freguesia, na Casa do Pescador, 27 Fontenários e nos Lavadouros Públicos no Paul.

Queria ainda falar da recente cedência definitiva deste edifício à Junta de Freguesia de Água de Pau, uma aspiração antiga e que o actual executivo da Câmara concretizou, mostrando que ouve as preocupações e aspirações que a nossa junta vai transmitindo, para além de ser um justo reconhecimento pelo trabalho que esta junta de freguesia tem realizado em prol da população desta terra.

Aliás, ao contrário de outros, a nossa Junta de Freguesia muito lutou, lado a lado, com a Câmara Municipal na defesa dos interesses das nossas populações e juntos conseguimos que a variante a Água de Pau e a nova escola fossem uma realidade.

Também quero falar e saudar o trabalho que tem aqui sido desenvolvido na área social, nomeadamente pela Câmara Municipal de Lagoa, embora essa competência não seja da sua responsabilidade. É de saudar o que a nossa autarquia tem feito em prol da melhoria social nesta Vila, mas todos sabemos que ainda há muito a fazer.

Por isso quero aproveitar a presença de todos vós para solicitar a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa junto do Governo Regional para que as obras da futura creche de Água de Pau e das habitações no Paul avancem o mais rapidamente possível para dar essas respostas sociais aos pauenses.

Antes de terminar a minha intervenção, não poderia deixar de me referir à minha promessa mais antiga ao povo de Água de Pau que é a tão necessitada construção da futura Capela Funerária. Esta é uma obra para a qual esta Junta necessita de um grande apoio da nossa Câmara Municipal e do próprio Governo Regional dos Açores.

Acredito nos responsáveis desta Câmara e nos responsáveis do Governo Regional e sei que juntos conseguirão mais esta importante obra para o povo pauense.

Não me vou alongar mais nas minhas palavras. Apenas quero deixar aqui, novamente o meu agradecimento por todos vós estarem aqui e deixo novamente o

convite para que a Assembleia Municipal possa reunir-se novamente aqui em Água de Pau pois todos os pauenses têm imenso gosto em vos receber.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

SUGESTÃO:

O membro Paulo Jorge Borges expressou que é com prazer que se encontra nesta Sessão da Assembleia Municipal, em Água de Pau. Referiu que é bom ver que a Assembleia Municipal está aberta a sugestões, mas é pena que não seja com todas, por isso se justificou o protesto que apresentou no início da sessão, em relação à sugestão da mesa.

Deu parabéns por esta sessão da Assembleia Municipal se realizar, em Água de Pau, pelas razões que já foram apontadas, nomeadamente, a cedência em definitivo do Edifício Sede da Junta à Freguesia de Água de Pau. Sugeriu que a Assembleia Municipal também reunisse nas Freguesias do Cabouco e Ribeira Chã, se houver condições para isso e assim eram percorridas todas as freguesias do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se o convite for feito será com muito agrado que a Mesa aceitará.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

APRESENTAÇÃO DE QUESTÕES:

O membro Roberto Oliveira referiu que o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção fez referência à colocação de um novo piso sintético no Campo de Jogos Mestre José da Costa Leste e num outro discurso fez também referência à obra da cobertura das bancadas e questionou para quando o início das obras. Igualmente, questionou para quando o início das obras de recuperação do Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau.

Relativamente à Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã e face à exposição apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara comentou que não lhe parece que as coisas sejam assim tão fáceis, há pessoas que já têm a solução, mas na prática as coisas não funcionam. Acrescentou que não é uma crítica mas sim uma constatação.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a cobertura da bancada foi anunciada publicamente e era essa a intenção, mas neste momento está a ser reavaliado, se há ou não condições financeiras destas obras virem a ser efectuadas neste mandato. Desde que proferiu aquelas declarações ocorreram

alterações significativas com impacto directo na redução das receitas disponíveis dos municípios, pelo que a execução deste e de outros projectos estão a ser reavaliados. Sobre as obras de recuperação do Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau, informou que não há ainda uma data definida para o início das obras. O projecto foi concluído há cerca de dois meses e neste momento estamos a proceder à revisão e reavaliação do mesmo. Assim que estas tarefas estiverem concluídas, a obra será lançada a concurso.

Em relação à Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã, não quis referir que era tudo fácil, apenas explicou o que é do seu conhecimento, na medida que é um processo que está a ser conduzido pelo Governo dos Açores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

Sobre a informação apresentada, o membro Paulo Jorge Borges expôs que mais uma vez vai referir o que já disse anteriormente, o documento apresentado continua a estar recheado dos mesmos males que já apontou noutras sessões da Assembleia Municipal. Exemplificou que o documento tem por título "Informação das Actividades Desenvolvidas no período compreendido entre 21/05/2010 e 14/09/2010" e no seu conteúdo está referido "A Câmara Municipal de Lagoa pretende promover ...".

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA - LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o lançamento anual de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, o Concelho de Lagoa tem evidenciado um crescimento ao nível do número de empresas nos últimos anos, que se apresentou acima da média regional;

Considerando que, é objectivo da Câmara Municipal melhorar a competitividade e a economia no âmbito do sector empresarial, criando, para tal, condições adequadas à fixação de mais empresas e respostas às expectativas dos empresários;

Considerando que, é o objectivo da Câmara Municipal de Lagoa continuar a incentivar a actividade comercial, turística e industrial da grande maioria das empresas do Concelho, bem como criar condições para a criação de novas empresas e postos de trabalho;

Proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, que:

a) De acordo com o preconizado no nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, delibere o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;

b) Que nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.”

Sobre os três primeiros pontos desta agenda de trabalhos, o membro Roberto Oliveira referiu que compreende a situação da Câmara Municipal em apresentar propostas para fixar taxas, mas hoje falar de taxas é complicado. Em sua opinião, para os membros desta Assembleia Municipal é difícil fazer um voto justo sem saber qual o impacto que estas taxas têm nas receitas da Câmara Municipal de Lagoa. Espera que para o próximo ano seja apresentado um estudo ou algum documento que diga qual a causa/efeito do aumento ou não destas taxas e qual o efeito directo no orçamento. Mais referiu que sem esta informação não se sente à vontade para votar esses documentos, pelo que, irá se abster nestes três pontos.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Pedro Monteiro; Francisco Vieira; Rosa Borges; Cláudia Galego e António Augusto Borges a proposta que abaixo se transcreve:

“Proposta - Lançamento da Derrama - 2011

Tendo em conta o facto de as empresas viverem cada vez mais situações difíceis devido à conjuntura económico-financeira, potenciadora de desemprego e de insegurança, considerando que as micro e as pequenas empresas são geradoras de emprego e de estabilidade familiar e que a autarquia deve ser um agente facilitador e/ou promotor de condições necessárias ao desenvolvimento económico destas empresas, propomos à Assembleia Municipal, tal como no ano anterior, o seguinte:

1. de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, delibere o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;
2. que nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de 0,10% para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os €150. 000,00.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que às vezes custa-lhe a acreditar que um partido com responsabilidades acrescidas e que até ambiciona ser poder autárquico no Concelho de Lagoa, apresente propostas demagógicas. Criticam a Câmara Municipal porque não tem capacidade de angariar e de gerar receita e, depois são os mesmos que apresentam propostas para reduzir a receita sem saber que impacto tem. Há dois anos a Câmara Municipal reduziu as taxas mas com um objectivo, que em parte foi conseguido, que foi diferenciar o Concelho de Lagoa em relação aos Concelhos vizinhos, no sentido de ser atractivo para as empresas que se quisessem fixar no Concelho de Lagoa. Aí teve um objectivo político e estratégico. Agora apresentar uma proposta, só por apresentar, com total irresponsabilidade, não faz qualquer sentido e sugeriu que o membro Paulo Jorge Borges devia comprar livros de economia para se esclarecer.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal é de manter o valor da derrama, porque entendemos que esta receita é importante para o financiamento do orçamento municipal. Estas receitas incidem sob o IRC e não representam um custo para as empresas, no fundo são um contributo para o desenvolvimento do Concelho. Em resumo e em seu entender, a proposta apresentada é uma proposta responsável e coerente com aquilo que tem sido a acção da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou qual o impacto desta taxa na receita da Câmara Municipal, conforme questionou o membro Roberto Oliveira.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que todas as receitas são importantes para a Autarquia, em 2009, a receita da derrama foi de 135.647,02€ e que toda a informação financeira está disponível no Portal da Câmara Municipal de Lagoa.

O membro Roberto Oliveira referiu que compreende a situação da Câmara Municipal mas como o Senhor Presidente da Câmara referiu que esta taxa não é um custo para as empresas, então porque não fixar a taxa máxima.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que a não aplicação da taxa máxima foi uma estratégia para o Concelho de Lagoa ter uma diferenciação positiva em relação aos outros Concelhos, para atrair novas empresas para o Concelho. Foi esse o objectivo, quando se decidiu não aplicar a taxa máxima.

O membro Paulo Jorge Borges interveio só para esclarecer dois pontos: primeiro não apresentam propostas por apresentar e se o Senhor Presidente da Câmara Municipal entende isso, então tem total desconhecimento de quem são os membros do Partido Social-Democrata; segundo quando diz "demagogia" comentou que isso faz o Senhor Presidente da Câmara e começou por fazer isso no princípio da reunião. Concluiu referindo que com uma melhor gestão e uma melhor escolha de opções talvez não fosse necessário sobrecarregar as taxas e a população em geral.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que na sua primeira intervenção não fez qualquer demagogia, o que relatou foram os factos reais que aconteceram em Água de Pau e ambições que a Câmara Municipal tem e isso é perfeitamente normal. Gostava que o membro Paulo Jorge Borges dissesse em que aspecto houve demagogia.

Em relação às empresas são poucas as que contribuem com derrama no Concelho de Lagoa e a Câmara Municipal não pode abdicar desta receita.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 5 (cinco) votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Pedro Monteiro; Francisco Vieira; Rosa Borges e Cláudia Galego e uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

1º Autorizar o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos

passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00, nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em 12 de Novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei nº 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto - Lei os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 do citado artigo.

Sobre o assunto, proponho à Câmara Municipal para ser presente à Assembleia Municipal, a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%.”

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Francisco Vieira; Rosa Borges; Pedro Monteiro e Cláudia Galego a proposta que abaixo se transcreve:

“Proposta - Imposto Municipal sobre Imóveis - 2011

Em 12 de Novembro de 2003 foi publicado o Decreto-lei nº 287/2003 que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto

municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto-Lei, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 do citado artigo.

Neste contexto, tal como nos últimos anos propomos que se proceda a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2011 nos seguintes valores:

1. prédios urbanos 0,6%;
2. prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,25%."

O membro Paulo Jorge Borges referiu que contrariando o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, não foi mais uma proposta que apresentou e não é mais demagogia mas sim a convicção dos membros do Partido Social-Democrata.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que quando se referiu em "zigzague" não era em relação às propostas que apresentam, mas sim em relação à conduta e postura que têm tido em relação a esta matéria. Através de intervenções do membro Paulo Jorge Borges, já lhe acusaram várias vezes de má gestão e de não ser capaz de arrecadar receita e agora são os mesmos Senhores que vêm com propostas para reduzir receita e questionou se isso não é "zigzague", então o que é? De certeza que não é coerência e nem responsabilidade política. Entende que isso é facilmente percebível e é nessa medida que se referiu ao "zigzague", não podemos apresentar propostas para reduzir receita e depois acusar a Câmara Municipal de não ter capacidade para arrecadar receita. Nesta situação, em particular, até podíamos duplicar a receita e isso não estamos a fazer, porque temos consciência social e responsabilidade política.

Acrescentou, que nesta matéria, o que está mal é a Reforma da Tributação do Património. Em 2003, quando a Lei foi criada foram definidos determinados objectivos e prazos, designadamente que num determinado prazo todos os imóveis seriam avaliadas. Se isso realmente tivesse acontecido, não se verificava o que está neste momento a acontecer, que são situações injustas, a desigualdade do imposto pago em imóveis de valor de mercado similares. Seria desejável que o Governo da República resolvesse esta situação, acelerando as avaliações dos imóveis, de acordo com o CIMI, o que poderia levar a que houvesse condições para fixar as taxas com valores mais baixos e compensaria os Municípios pela perda de receita registada nos últimos tempos.

Realçou que esta é uma receita importante para o Município, da qual a Câmara Municipal de Lagoa não pode abdicar e que em 2009, foi de 614.867,95€.

O membro Paulo Jorge Borges esclareceu que o facto de se praticar uma má gestão não tem nada a haver com baixar taxas, mas sim saber efectivamente apurar outras receitas que a Câmara Municipal da Lagoa tem. Citou um exemplo que se passou no passado, nomeadamente, a situação do Restaurante Porto dos Carneiros.

Repetiu que há má gestão e essa má gestão se não ocorresse não havia necessidade de manter as taxas nos valores que elas estão.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que o membro Paulo Jorge Borges tem que provar que há má gestão.

O membro Paulo Jorge Borges lembrou que a Câmara Municipal apresentou à Assembleia Municipal uma Revisão Orçamental porque a Câmara Municipal se tinha esquecido de orçamentar verbas para pagamento de funcionários e questionou se isso não é má gestão.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que não foi a Câmara Municipal que se esqueceu, mas os colaboradores que trabalham nesta área, o que é uma situação perfeitamente normal. Não vê qualquer problema num esquecimento e questionou o que isso tem a haver com má gestão.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 (cinco) votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Pedro Monteiro; Francisco Vieira; Rosa Borges e Cláudia Galego e uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

1º A afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2011, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas) prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP).

De acordo com a alínea b) do nº 2 do artigo 106º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%, pelo que proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2011, em 0,25%.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a receita arrecadada no ano de 2009, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) foi de 2.181,30€.

O membro Paulo Jorge Borges justificou por que razão se vai abster nesta deliberação, continua a achar que esta taxa tenha sido criada com boa intenção, mas sabemos que quem devia estar a pagar não paga e quem paga não devia estar a pagar, por essa razão vai se abster.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 6 (seis) abstenções dos membros: Paulo Jorge Borges; Pedro Monteiro; Francisco Vieira; Rosa Borges; Cláudia Galego e Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

1º A afixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2011, em 0,25%;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de Junho de 2010, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados por Natureza e nos Mapas de Execução Orçamental, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal, de acordo com o nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais.

O membro Roberto Oliveira solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara em relação ao mapa dos resultados, anexo ao Parecer. Comparando os custos com o pessoal, do primeiro semestre de 2010, com os custos referentes ao primeiro semestre do ano de 2009, verifica-se um aumento em 2010, de cerca de 200.000,00 € e comentou que quando se fala em baixar custos, este parece-lhe um valor bastante elevado.

Mais referiu que há uma grande diferença nos custos e perdas financeiras e comentou que deve de ser relativo à diferença do pagamento dos juros e se o Senhor Presidente da Câmara conseguiu renegociar as taxas de juros dos empréstimos, então dá-lhe os parabéns.

Relativamente aos custos e perdas extraordinárias comentou que existe também uma grande diferença comparando os períodos de 2010 com 2009 e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara uma explicação sobre a diferença verificada.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que não houve aumento no quadro de pessoal que possa ter levado a este acréscimo de custos com o pessoal. De qualquer forma vai esclarecer com os serviços e informará a Assembleia, na próxima reunião.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira semestral, remetido nos termos do nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

PONTO Nº 6 – PROPOSTA – CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE TAXAS – REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES – REQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DOS AUTOCARROS DA AUTARQUIA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de criação/alteração de taxas do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa (Açores), para a requisição dos serviços dos autocarros da autarquia que abaixo se transcreve:

“Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa dispõe de dois autocarros de colectivos, com capacidade para 24 e 39 passageiros respectivamente e que estão prioritariamente ao dispor das actividades e projectos das escolas, associações culturais, sociais, recreativas e desportivas do Concelho de Lagoa;

Considerando que apesar destas entidades serem as principais beneficiárias desse tipo de transporte por parte da Autarquia, tem vindo a crescer o número de

solicitações por parte de grupos de outros Concelhos, bem como de outras ilhas ou regiões do país;

Considerando que os autocarros camarários têm um volume de serviço que os ocupa diariamente o que se traduz em elevados encargos com pessoal, combustível e o desgaste dos veículos;

Considerando que alguns dos serviços requisitados envolvem passeios turísticos à volta da Ilha de S. Miguel e o transporte para actividades com fins lucrativos, inclusivamente, muitos são efectuados em horário nocturno;

Considerando que a aquisição desses autocarros teve por base a necessidade de se prestar um serviço de apoio às actividades de natureza social, cultural e desportiva do Concelho;

Considerando que é intenção desta Autarquia reorganizar este serviço de forma a otimizar e conseguir uma racionalização dos custos, sem detrimento para as actividades e projectos das instituições do Concelho de Lagoa, que continuarão a ter toda a prioridade e a ser-lhes prestado gratuitamente esse mesmo serviço;

Actualmente, o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa (Açores) não prevê taxas referentes ao serviço de transporte de colectivos.

Neste sentido, proponho a criação de taxas municipais para os referidos serviços, designadamente com a adição de um novo ponto, o n.º 11, ao Artigo 26º, do Capítulo XII, no qual ficará previsto o pagamento de taxas para a cedência do transporte colectivo, bem como a sua isenção para as entidades com sede social no concelho de Lagoa.

Com vista a dinamizar a projecção das Instituições do Concelho de Lagoa, bem como do próprio Concelho, os promotores de eventos com sede social fora do Concelho de Lagoa que requisitem os referidos serviços para transporte de Instituições do Concelho de Lagoa, para actuações fora do Concelho, terão uma redução de 50% nas respectivas taxas. Para tal, na requisição do serviço deverá ser anexo ao modelo tipo de requerimento, o respectivo comprovativo.

Assim, o referido artigo ficará com a seguinte redacção:

Artigo 26º

Taxas não especificadas noutros artigos

11 – Prestação de Serviços – Autocarros

11.1 - Os autocarros colectivos propriedade da Câmara Municipal de Lagoa poderão ser alugados para, nomeadamente, serem utilizados como meio de transporte no

âmbito de actividades sem fins lucrativos e apoio a actividades de natureza social, cultural e desportiva, mediante o prévio pagamento dos valores constantes do quadro seguinte:

	Autocarro 39 passageiros	Autocarro 24 passageiros
Período Diurno		
Das 09h00 às 17h00	300,00 €	200,00 €
Hora ou fracção	60,00 € (30,00)	40,00 € (20,00)
Das 08h00 às 12h00	175,00 €	125,00 €
Das 13h00 às 17h00	175,00 €	125,00 €
Período Nocturno		
Das 17h00 às 24h00	400,00 €	300,00 €
Hora ou fracção	70,00 €	50,00 €

11.2 - Estão sujeitas ao pagamento dos valores constantes do quadro previsto no ponto anterior:

- a) Todas as entidades que não tenham a sua sede social no concelho de Lagoa;
- b) Todas as entidades que, apesar de não terem a sua sede social no Concelho de Lagoa e desde que requisitado para o transporte de uma Instituição do Concelho de Lagoa, terão uma redução de 50% na respectiva taxa.

11.3 - No caso previsto na alínea b) do ponto anterior, a entidade promotora do evento, para o qual o grupo com sede no Concelho de Lagoa foi convidado a participar, deverá preencher o requerimento tipo a solicitar a disponibilização do autocarro e liquidar, directamente, a respectiva taxa, nos termos do ponto seguinte.

11.4 - A cedência dos autocarros só será efectuada, mediante disponibilidade, após o preenchimento pelas instituições requerentes do respectivo requerimento, que deverá ser entregue nesta Câmara Municipal com a antecedência mínima de 15 dias úteis da data da ocorrência do evento, e da liquidação, se for o caso, da respectiva taxa.”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que contrariando o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse sobre os membros do PSD só entregarem propostas demagógicas, nesta proposta queria só relembrar que ela está tal e qual como está porque os Senhores Vereadores do PSD deram uma contribuição bastante interessante, nomeadamente, a discriminação positiva. Foi graças a eles que o resto do executivo acedeu para que houvesse uma discriminação positiva para as

Entidades e Associações que venham a utilizar os autocarros. Acrescentou que referiu esta nota só para mostrar aos membros desta Assembleia Municipal que o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz, tal como já referiu, nem sempre é verdade.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que não esteve presente nesta reunião de Câmara. A orientação que tinha sido dada e que depois surgiu dúvidas em relação à redacção, já incluía esse princípio de discriminação positiva para as Entidades do Concelho. Foi registada a vossa preocupação, mas já havia esse princípio.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deu as boas noites a todos e pediu a palavra, em defesa de honra, que lhe foi concedida. Referiu que o documento tal como foi presente em reunião de Câmara Municipal, na qual o Senhor Presidente não esteve presente, apontava para uma discriminação apenas para os serviços em que as colectividades do Concelho precisassem de deslocação sem que houvesse facturação do serviço que eventualmente fossem fazer, ou seja, de certa forma o regulamento assim demonstrava sempre que uma colectividade do Concelho necessitasse dos autocarros do Município para deslocações e sempre que essas deslocações dessem direito a pagamento não havia nenhuma discriminação positiva às colectividades do Concelho, pagariam elas ou quem solicitasse o serviço dessas colectividades pagaria o mesmo preço previsto para qualquer colectividade de outro Concelho.

Reforçou que o que defenderam, de forma exaustiva, naquela reunião foi que fosse criada uma discriminação positiva sob a forma de desconto e que esse desconto criaria dinâmicas de incentivo à utilização das colectividades do Concelho, que bem precisam e que não era defendida nos moldes em que a proposta inicial foi apresentada.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que todos os transportes feitos pelas colectividades do Concelho, por exemplo: passeios; transporte de equipas de futebol; grupos que vão participar em festivais e outros serviços, não há compensações financeiras. O que estava em causa é quando uma Instituição, por exemplo, uma Filarmónica vai fazer um serviço remunerado para fora do Concelho, terá que pagar, era este o princípio que estava em causa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, acrescentou que não podemos esquecer que essas ditas Colectividades quando convidadas para se

deslocar para fazer qualquer serviço remunerado, na sua maioria são constituídas por Lagoenses que pagam os seus impostos e também deviam ter essa discriminação positiva.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou novamente que as Entidades do Concelho não são penalizadas. Na proposta inicial este princípio já estava devidamente contemplado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu de novo a palavra para voltar a dizer que o referido princípio não estava contemplado na proposta inicial.

O membro Pedro Monteiro, por motivos pessoais, ausentou-se da Sessão.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada de criação/alteração de taxas do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa (Açores), para a requisição dos serviços dos autocarros da autarquia, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 7 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010:

Pela Câmara Municipal foi presente a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

Inclusão de novos projectos:

0201 09 Obj/Prog - 0102 070115 – Elaboração do Projecto para Construção de um Edifício Polivalente em Santa Cruz – 13.800,00 €;

0310 Obj/Prog - 0102 080701 – Transferência para a Paróquia do Rosário – Aquisição de Imóvel para Apoio à Acção Pastoral – 4.500,00 €.

O membro Paulo Jorge Borges expôs que no Plano de Actividades Municipal havia uma rubrica de transferência para a Junta de Freguesia de Santa Cruz para a construção de um edifício polivalente e referiu que, uma vez que não vai ser construído aquele edifício, este ano, é retirada a verba para outra rubrica, para

elaboração do projecto de construção daquele edifício e questionou se foi por esquecimento a abertura daquela rubrica e qual o valor do projecto.

Mais referiu que quer registar aqui a ligação que há entre uma Câmara que se diz laica, republicana e socialista com o sentido dado na 1ª República, com a Igreja e que se traduz por exemplo em apoios na Acção Pastoral do Rosário, na cunhagem de medalhas comemorativas da elevação da Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia, às Festas do Divino Espírito Santo e na construção de treatros. Acrescentou que fica por vezes pasmo, esta ligação faz-lhe confusão e isto foi um desabafo.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que sempre teve dificuldade em perceber essa situação de laico, socialista e o facto de se ser católico. Acrescentou que há socialistas e comunistas que são católicos, foi eleito pelas listas do Partido Socialista e é o Presidente de todos os Lagoenses e frequenta a Igreja Católica. Tudo o que a Câmara Municipal tem feito e, como bem disse, e ao fazer isso é, reconhecer o trabalho que temos feito junto da nossa comunidade. Entende, que a Igreja também tem uma missão muito importante junto da juventude, na catequese, nos grupos de jovens e nos Escuteiros e o contributo que a Câmara Municipal pode dar é no apoio à realização de algumas obras e sabe que o membro Paulo Jorge Borges é contra estes apoios.

A transferência para a Paróquia do Rosário para aquisição do imóvel para apoio à Acção Pastoral, trata-se de um imóvel importante para a actividade que a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário presta à comunidade, daí o nosso apoio a este projecto.

Em relação ao projecto para construção de um edifício polivalente, em Santa Cruz, informou que se trata de uma acção que tem em vista a recuperação daquele edifício. O projecto de arquitectura, rede de águas e esgotos, estabilidades, foi elaborado pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal, mas falta parte das especialidades e o respectivo caderno de encargos. Confirmou que a verba que foi criada, no valor de 13.800,00 € foi para os projectos de especialidade, para depois serem entregues à Junta de Freguesia de Santa Cruz para proceder ao lançamento da obra a concurso.

No uso da palavra o membro Paulo Jorge Borges esclareceu a Assembleia Municipal que não era contra os apoios da Câmara Municipal à Igreja, ficava era apenas pasmo com essa relação.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com a abstenção do membro Paulo Jorge Borges, dos membros presentes:

1º Aprovar a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 18.300,00 (dezoito mil e trezentos euros), de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 8 – PROPOSTA - PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES E A CIDADE DE PALHOÇA – SANTA CATARINA (BRASIL):

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Protocolo de Geminação entre o Município de Lagoa – Açores e a Cidade de Palhoça – Santa Catarina (Brasil), que abaixo se transcreve:

“Promovendo e enaltecendo os laços históricos entre o Povo Português e o Povo Brasileiro;

Reconhecendo a importância do fomento das relações entre estas duas nações Portugal e Brasil, irmãs em Língua e em Cultura;

Estabelecendo prioridade na dinamização do espaço geopolítico da Lusofonia e dos povos que o integram;

Considerando que, o Município de Palhoça – Santa Catarina (Brasil) manifestou intenção de se geminar com o Município de Lagoa (Açores), aquando da participação da Câmara Municipal de Lagoa no V Encontro Açoriano de Lusofonia, que se realizou no Brasil, em Abril, tendo sido, posteriormente, enviado um e-mail, datado do dia 24 de Junho de 2010, no qual manifesta esta mesma intenção;

Considerando que, Palhoça é um Município (situado na Região de Grande Florianópolis, Santa Catarina - Brasil com uma superfície de 394 km² e com cerca de 130.000 habitantes), de colonização Açoriana que tem como principais actividades económicas a indústria, o turismo, o comércio e a pesca, sendo os seus principais

eventos culturais as Festas em honra do Divino Espírito Santo, de raiz açoriana e a representação do Boi-de-mamão;

Considerando que, no ano de 1692, emigraram cerca de 260 casais de Açorianos, que se fixaram em Nossa Senhora do Desterro (hoje, cidade de Florianópolis), em Santa Catarina, instalando-se, primeiramente, no então existente município de Laguna. Em 1793 é fundada Palhoça, tendo sido elevada à categoria de Município em 1894 e a Cidade em 1919;

Considerando igualmente que, entre 1748 e 1752 chegaram a solo brasileiro cerca de 6000 pessoas, sendo grande parte proveniente do Arquipélago dos Açores, fundando as "freguesias" de São Miguel, Santo António, São José, Enseada do Brito, Vila Nova e Garopaba do Sul, todas no continente fronteiriço à Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), possibilitando o subsequente povoamento e colonização de Santa Catarina. Levados pela ligação ao mar, os açorianos instalaram-se ocupando a orla costeira catarinense;

Tendo em conta a vaga de emigração açoriana para o Brasil, iniciada no século XIX e que se estende até meados do século XX, criou uma forte ligação entre o Arquipélago dos Açores e a Nação Brasileira, com especial relevo no Estado de Santa Catarina, exaltando a perfeita integração entre a cultura açoriana e a cultura brasileira, e deste modo, entre Palhoça e Lagoa;

Tendo igualmente em consideração que, existem muitas semelhanças entre os dois Municípios a vários níveis, como a nível cultural e histórico, onde o artesanato de referência cultural em Palhoça diz respeito especialmente à Cerâmica, tal como na Lagoa, assim como as Festas do Divino Espírito Santo são uma das grandes manifestações de fé tanto no Município de Lagoa como no Município de Palhoça;

Tendo igualmente em consideração que qualquer tipo de cooperação e geminação constituem uma resposta alternativa à competitividade da sociedade actual e um importante instrumento de trabalho, uma forma de desenvolvimento de soluções e solidariedade estratégicas, contribuindo para potenciar actividades de desenvolvimento e de cooperação intermunicipal, no espírito das convenções internacionais;

Que a troca de experiências e de conhecimento entre os dois Municípios nomeadamente em áreas como a economia, turismo, cultura, ensino e saúde será muito benéfica para a população tanto do Município de Lagoa como do Município de Palhoça, proporcionando um verdadeiro e efectivo diálogo cultural, fundado sobre os

pilares sólidos da compreensão e fraternidade, sentimentos emanados da “irmandade” lusofonia;

Que esta mesma troca de experiências contribuirá para o desenvolvimento de projectos de cooperação e intercâmbio nas áreas de economia, cultura, desporto e turismo, bem como nas vertentes social, da cidadania e da educação, respeitando os princípios da soberania e independência nacional de Portugal e Brasil, e que pode despoletar acções em áreas de interesse comum a todos os agentes públicos e privados, sedeados em ambos os municípios;

Proponho que seja assinado um Protocolo de Geminção entre o Município de Lagoa – Açores e o Município de Palhoça – Brasil, após aprovação da Minuta de Protocolo que se encontra anexada a esta Proposta.

MINUTA DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE A CIDADE DE PALHOÇA, NO
ESTADO DE SANTA CATARINA (BRASIL) E O MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)

Primeiro Outorgante:

A Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina (Brasil), com CNPJ número 82.892.316/0001-08, com sede em Av. Hilza Terezinha Pagani, n.º 289, Parque Residencial Pagani, em Palhoça, Estado de Santa Catarina, representada neste acto pelo seu Prefeito, Ronério Heiderscheidt;

Segundo Outorgante:

O Município de Lagoa – Açores, pessoa colectiva de direito público n.º 512 074 410, com sede no Largo D. João III, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, representada neste acto pelo seu Presidente, Eng.º João António Ferreira Ponte.

Tendo em conta que a vaga de emigração açoriana para o Brasil, iniciada no século XIX e que se estendeu até meados do século XX, criou uma forte ligação entre o Arquipélago dos Açores e a Nação Brasileira, com especial relevo no Estado de Santa Catarina, onde está localizada a Cidade de Palhoça que possuiu uma cultura de base Açoriana-Catarinense.

Ponderadas as relações institucionais, existentes ao nível de executivos, a identidade de objectivos e a dinâmica institucional entre os outorgantes referenciados, perspectiva-se através do presente instrumento jurídico formalizar, reforçar e consolidar a proximidade mútua existente.

No quadro de cooperação entre Municípios, deliberaram a Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina e o Município de Lagoa – Açores aprovar, por unanimidade, um ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA –

SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES, tendo como objectivo primordial promover, de forma regular e gradativa, a aproximação pragmática e qualitativa entre os dois Municípios, numa perspectiva de se formalizar a geminação, instituindo relações de proximidade e de colaboração que a excelência dos processos democráticos nos dois Municípios assegura, incentiva e potencia.

Atenta à vantagem na criação de condições de cooperação susceptíveis de gerar e potenciar sinergias em ordem ao progresso e desenvolvimento das aludidas realidades culturais, socioeconómicas e turísticas de ambos os municípios, é celebrado e mutuamente aceite o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª.

Constitui objecto do presente protocolo promover e enaltecer os laços históricos entre o Povo Português e o Povo Brasileiro, mais propriamente entre a Região Autónoma dos Açores e o Estado de Santa Catarina, assim como reconhecer a importância do fomento das relações entre estas duas nações (Portugal e Brasil), irmãs em Língua e Cultura, respeitando, sempre, os princípios da soberania e independência nacionais de Portugal e do Brasil, objectivos que serão consubstanciados através das seguintes medidas:

- a) Promover o intercâmbio, nomeadamente, nos domínios: cultural, social, educativo e turístico e nos que sejam do interesse das populações dos dois Municípios e designadamente das suas diversas organizações representativas, como sustentáculo essencial desta cooperação, mobilizando em conformidade os incentivos, os meios e os procedimentos considerados para tanto adequados.
- b) Promover actividades que fundamentem e reforcem as relações dos Municípios geminados, bem como a directa e empenhada participação de ambos, aprovando e realizando programas, projectos, acções e actividades que se considerem mais convenientes para o fim proposto.

CLÁUSULA 2ª.

Estabelecer como prioridade a dinamização do espaço geopolítico da Lusofonia e dos povos que o integram.

CLÁUSULA 3ª.

O Município de Palhoça em conjunto com o Município de Lagoa – Açores, apoiarão as actividades e cooperarão com vista ao fomento do Turismo, de acordo com as suas disponibilidades e interesses, através, nomeadamente, da:

- a) Promoção de visitas a ambos os Municípios mediante a organização de programas de excursões;
- b) Apoio e fomento ao transporte de pessoas e bens;
- c) Incentivar o intercâmbio de publicidade: cartões, anúncios, programas das diferentes manifestações de carácter festivo e turístico;
- d) Coadjuvar as entidades, especialmente as de natureza privada associativa, que tenham por objecto o fomento da cultura e da promoção do Turismo.

CLÁUSULA 4ª.

O Município de Palhoça – Santa Catarina em conjunto com o Município de Lagoa – Açores, apoiarão as actividades e cooperarão, na vertente socio-económica, de acordo com as suas disponibilidades, através, nomeadamente, da:

- a) Divulgação de produtos regionais;
- b) Divulgação de informação no que concerne a projectos industriais ou de outra natureza no âmbito da economia, em desenvolvimento ou que suscitem interesse a ambos os outorgantes.

Assim, abaixo-assinados os representantes legais destas duas comunidades locais, afirmam os valores e considerandos acima apresentados, garantindo as relações futuras entre os Municípios de Lagoa (Açores) e Palhoça, cujos princípios orientadores se constituem como sendo a amizade, solidariedade e a partilha dos valores culturais.

Celebrado em _____, a _____ de _____, em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que vai abster-se nesta deliberação para evitar mais comentários desagradáveis de algumas pessoas aqui presentes.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos membros Paulo Jorge Borges e Francisco Vieira, dos vinte e um membros presentes:

1º Autorizar a Geminação entre o Município de Lagoa – Açores e a Cidade de Palhoça – Santa Catarina (Brasil), nos termos da Minuta de Protocolo acima transcrita e de acordo com a alínea d) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 9 – OUTROS:

Conforme distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à Agenda de Trabalhos com a introdução do seguinte assunto:

- Proposta – Criação/Alteração de Taxas – Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa (Açores) – Aluguer da Ermida do Convento dos Franciscanos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com a introdução do referido assunto.

PONTO Nº 9.1 – PROPOSTA – CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE TAXAS – REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES) – ALUGUER DA ERMIDA DO CONVENTO DOS FRANCISCANOS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de criação/alteração de taxas do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa (Açores), para aluguer da Ermida do Convento dos Franciscanos, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa é proprietária do Convento dos Franciscanos, na freguesia de Santa Cruz, após acto de cessão assinado a 9 de Junho de 2010, em que o Governo Regional dos Açores transferiu a título definitivo e gratuito este imóvel para a Autarquia;

Considerando tratar-se de um imóvel classificado como de Interesse Público de acordo com a resolução n.º 55/2001, de 17 de Maio, publicado no Jornal Oficial, I Série, n.º 20;

Considerando que, o Convento dos Franciscanos, localizado na freguesia de Santa Cruz, é indiscutivelmente um imóvel de grande valor histórico e patrimonial, um dos mais emblemáticos monumentos do Concelho de Lagoa e que constitui um excelente exemplar da arquitectura barroca, cuja construção data da segunda metade do século XVIII;

Considerando que este imóvel inclui a Ermida do Convento dos Franciscanos, que data de 1749, também conhecida como a Ermida de Santo António e cujo interior é constituído por uma só nave, o tecto em abóbada, um altar-mor e mais dois altares laterais;

Considerando que esta Ermida do Convento está especialmente vocacionada para a prática de actos religiosos e culturais, sendo por isso um espaço utilizado pontualmente para esse efeito, e que em nosso entender deverá continuar a ser

disponibilizado para esses fins, sem prejuízo da devida autorização que carece por parte das entidades eclesiais com competência para o efeito;

Considerando a necessidade de racionar as despesas uma vez que estas mesmas actividades ocorrem principalmente em período pós laboral e aos fins-de-semana, proponho a criação de taxas municipais para os referidos serviços, nomeadamente com a adição de um novo ponto, o nº 4, ao Capítulo VIII, no qual passará a ser incluído o pagamento de taxas para a cedência da Ermida do Convento dos Franciscanos, à excepção dos eventos culturais e/ou religiosos realizados pelas Instituições com sede no Concelho de Lagoa, que nesse caso estão isentas de pagamento.

Assim, o referido artigo ficará com a seguinte redacção:

CAPÍTULO VIII

Aluguer de Salas/Equipamentos em Edifícios Municipais

1. ...
2. ...
3. ...
4. A utilização da Ermida do Convento dos Franciscanos para cerimónias religiosas e culturais está sujeita ao pagamento dos seguintes valores:
 - 4.1 – Cerimónias Religiosas
 - 4.1.1 - Requerentes com residência no concelho de Lagoa – 100,00 €;
 - 4.1.2 - Requerentes com residência fora do concelho de Lagoa – 200,00 €;
 - 4.1.3 - Instituições religiosas isentas de pagamento.
 - 4.2 – Cerimónias Culturais
 - 4.2.1 - Instituições culturais sem sede no Concelho – 150,00 €;
 - 4.2.2 - Instituições culturais com sede no Concelho de Lagoa estão isentas de pagamento.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o imóvel do Convento dos Franciscanos foi cedido pelo Governo Regional dos Açores ao Município de Lagoa. O membro Paulo Jorge Borges referiu que foi dito em reunião de Câmara que irão ser realizados alguns trabalhos de reparação no Convento dos Franciscanos e gostava de ser mais elucidado sobre o assunto. Questionou qual a entidade que tem a tutela efectiva sobre a Capela do Convento dos Franciscanos, se é a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Santa Cruz, a Santa Casa de Misericórdia de Santo António ou

ainda a Paróquia da Matriz de Lagoa, isto porque, quando for requerido a utilização daquele espaço por alguém, tem que se saber a quem se deve dirigir.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os pedidos para utilização da Capela do Convento dos Franciscanos deverão ser apresentados à Câmara Municipal de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal já assumiu a gestão integral do Convento dos Franciscanos, na freguesia de Santa Cruz. Neste momento, estão afectos àquele imóvel, dois trabalhadores a tempo inteiro que estão a fazer trabalhos de limpeza, conservação e pinturas. Na sequência dos trabalhos realizados por um grupo de trabalho que apresentou um conjunto de recomendações à Câmara Municipal, estas estão a ser avaliadas e analisadas. Uma dessas orientações seria a utilização daquele espaço pela Biblioteca Municipal de Lagoa. Mais informou que já deu instruções para o Gabinete Técnico da Câmara Municipal avaliar se uma das alas, que está livre, tem ou não condições para receber a Biblioteca Municipal. Espera que a curto prazo a Biblioteca Municipal de Lagoa seja transferida para aquele espaço.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada de criação/alteração de taxas do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa (Açores), para aluguer da Ermida do Convento dos Franciscanos, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa, a que se seguiu uma visita guiada ao Edifício da Junta de Freguesia de Água de Pau.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
